



II Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa – Em março de 2010, Brasília acolheu a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. A reunião de Brasília, que juntou especialistas de língua e comunicação, dos países de língua portuguesa, antecedeu e preparou uma sessão extraordinária do conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). [Pág. 2/3](#)

Eleições Autárquicas de Moçambique – No passado dia 20 de novembro realizaram as quartas eleições autárquicas em Moçambique. Quer a campanha eleitoral, quer o processo eleitoral decorreram num ambiente de grande tensão devido ao clima de conflito existente entre o Governo moçambicano e a RENAMO. [Pág. 3/4](#)

Relatório da FAO sobre a Fome – Em outubro passado, a Organização da ONU para a Agricultura e Alimentação (FAO) apresentou o seu relatório sobre a situação alimentar mundial. De acordo o relatório, intitulado *The State of Food Insecurity in the World 2013*, 842 milhões de pessoas (12% da população mundial) passaram fome crónica no período 2011-2013, contra 868 milhões em 2010-2012. De acordo com estes dados, os números da fome continuam a recuar a nível mundial, exceto em África. [Pág. 4](#)

União Africana apoia Kenyatta – A União Africana decidiu, durante a sua Cimeira extraordinária realizada em Adis Abeba em outubro, que o Presidente do Quênia, Uhuru Kenyatta, não deve comparecer no Tribunal Penal Internacional (TPI). Esta posição manter-se-á enquanto a organização não receber uma resposta ao pedido que fez à ONU de adiamento do julgamento, anunciou o Ministro dos Negócios Estrangeiros etíope, Tedros Adhanom Gebreyesus. [Pág. 5](#)

Prémio Mo Ibrahim sem Vencedor – O Comité do Prémio independente da Fundação Mo Ibrahim decidiu não atribuir o Prémio Ibrahim para a Excelência na Liderança Africana em 2013. A Fundação Ibrahim explicou a razão da não atribuição do Prémio para Excelência na Liderança Africana para 2013 pelo facto de nenhum líder africano ter preenchido os requisitos. [Pág. 5/6](#)

Conflito em Moçambique – O mal-estar entre o governo moçambicano e o principal partido da oposição, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), agravou-se ao longo do último ano. Para uns a culpa era da RENAMO por nunca ter conseguido adaptar-se ao jogo político. Para estes, o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama é responsável por esta escalada de tensão. Para os críticos do governo moçambicano a culpa recai nas autoridades de Maputo por terem menosprezado a RENAMO e terem caminhado para um sistema de partido único. [Pág. 7/8](#)

Encontro do Fórum Macau – Realizou-se a 4 e 5 de novembro a 4ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau). Esta reunião assinalou o 10º aniversário do estabelecimento do Fórum Macau. [Pág. 8/9](#)

Cimeira da CEDEAO – A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), reuniu-se em outubro numa cimeira extraordinária que se realizou em Dakar, no Senegal. A Cimeira debateu questões económicas, como o acordo de parceria económica entre a África Ocidental e a União Europeia e o Programa de Integração Monetária na África Ocidental. [Pág. 9/10](#)

Gâmbia Retira-se da Commonwealth – O Presidente da Gâmbia, Yahya Jammeh anunciou, em outubro, a saída do seu país da Commonwealth justificando esta decisão pelo facto de considerar esta organização uma instituição neocolonial e não aceitar fazer parte de um instrumento que visa a perpetuação do colonialismo. A Gâmbia tinha aderido à Commonwealth em 1965, logo após a sua independência. [Pág. 10](#)

Nova Data as Eleições na Guiné Bissau – O Presidente de transição da Guiné-Bissau, Serifo Nhamadjo, fixou o dia 16 de março do próximo ano como nova data das eleições gerais, presidenciais e legislativas. [Pág. 11](#)

Trocas Comerciais China-África – Foi publicado pela Academia de Comércio Internacional e Cooperação Económica o relatório anual sobre as relações bilaterais económicas China – África relativas a 2012. Os dados apresentados dizem respeito ao investimento direto estrangeiro (IDE), à balança comercial e ao turismo. [Pág. 11](#)



II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa

■ Luís Castelo Branco

Em março de 2010, Brasília acolheu a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. A reunião de Brasília, que juntou especialistas de língua e comunicação, dos países de língua portuguesa, antecedeu e preparou uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). O Conselho de MNE da CPLP aprovou o Plano de Ação de Brasília, depois ratificado na cimeira da CPLP realizada em Luanda nesse mesmo ano, dotando a organização de um programa para a promoção da língua portuguesa.

O Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa previu uma série de medidas para a introdução da língua portuguesa como idioma de trabalho no plano internacional, quer na Organização das Nações Unidas, com a publicação em português de documentos da Assembleia-geral e do Conselho de Segurança, quer noutros organismos internacionais, tanto multilaterais como regionais.

Três anos e meio depois, a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, sob o lema da Língua Portuguesa Global – Internacionalização, Ciência e Inovação, decorreu entre os dias 29 e 31 de outubro de 2013 em Lisboa.

A língua portuguesa é a sexta mais falada em todo o mundo, quinta língua mais utilizada na Internet e a terceira nas redes sociais, Facebook e Twitter. O português é língua de trabalho em mais de 20 organizações internacionais, nomeadamente, a União Africana, a União Europeia, a União das Nações Sul-americanas, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). O grande objetivo dos membros da CPLP é o de incluir o português como língua de trabalho no seio do sistema das Nações Unidas.

O documento de 2010, dividido em seis partes, elencou também um conjunto vasto e detalhado de medidas para o ensino da língua portuguesa, tanto no espaço da própria comunidade, como em países terceiros (o denominado Português Língua Estrangeira), e abriu caminho à elaboração, sob os auspícios do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), de um Vocabulário Ortográfico Comum de Língua Portuguesa, que consolide tanto o léxico comum quanto as especificidades de cada país.

No tema da difusão pública da língua portuguesa, o Plano de Ação de Brasília apoiou os esforços do secretariado executivo da CPLP para desenvolver um projeto de televisão da comunidade e incentivar a formação de uma agência para difusão de informação e conteúdos. A II Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa reuniu diversos académicos dos países de língua portuguesa, permitindo fazer uma avaliação do estado de execução do Plano de Ação de Brasília.

A conferência foi organizada pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, pela CPLP (através das suas Representações Permanentes e do IILP) e pelas Faculdades de Letras da Universidades de Lisboa, de Coimbra, do Porto e Universidade Nova de Lisboa, todas representadas na Comissão Organizadora.

O foco desta II Conferência, Língua Portuguesa Global – Internacionalização, Ciência e Inovação, pretendeu trazer para a discussão diferentes perspetivas e projetar ações que dinamizem a relação entre a Língua Portuguesa e a divulgação do conhecimento e da inovação por todo o mundo.

No texto, que introduzia o tema da relação da língua portuguesa com a ciência e a inovação (tema I, que deriva do eixo principal da Conferência), declarou-se que, sem contestar o papel do inglês como o principal idioma da ciência, que se pretende desenvolver uma reflexão sobre se, no atual contexto mundial, as línguas de cultura devem prescindir de se afirmar, igualmente, como línguas de ciência e de inovação e, em caso afirmativo, em que domínios, para que públicos e com que recursos e instrumentos. A questão a responder prendia-se com saber se seria viável um acordo internacional, a celebrar entre os países de língua portuguesa, com vista à harmonização e à criação de terminologias científicas e técnicas comuns.

Os outros eixos temáticos da conferência foram a Internacionalização e Indústrias Culturais (tema II), Ensino e Formação (tema III), Diversidade Linguística: Políticas (tema IV), Estado de Implementação do Acordo Ortográfico (tema V) e Educação e Desenvolvimento (tema VI).

Esta II Conferência contou com participação alargada da sociedade civil, através da colaboração com entidades como o Observatório da Língua Portuguesa, a Biblioteca Nacional ou o Museu da Língua Portuguesa de São Paulo.



Eleições Autárquicas de Moçambique

Nesta Conferência pretendeu-se lançar a difusão da língua portuguesa para um novo patamar, ao passar de um objetivo centrado na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para se projetar além-fronteiras.

Esta ideia passa por ações concertadas entre os Estados membros da CPLP, semelhantes à adotada no âmbito da abertura da Assembleia Geral da ONU em setembro passado. Nessa ocasião, os Presidentes de Moçambique, Timor-Leste e Brasil, o Presidente interino da Guiné-Bissau, o Vice-Presidente de Angola, o Primeiro-Ministro de Cabo Verde e os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal, de São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau discursaram em português.

Esta iniciativa, embora não seja inédita, correspondeu a uma tentativa de concertação dentro da CPLP, para incentivar o uso da língua portuguesa. O Secretário Executivo da CPLP, o embaixador Murade Murargy, afirmou que têm que ser os países da CPLP a darem o exemplo.

A utilização do português este ano na Assembleia Geral da ONU, implicou que a CPLP teve de pagar 700 dólares por dia. Os oito países participam em vários debates da Assembleia Geral e também em reuniões paralelas.

O objetivo na ONU e noutras organizações internacionais é ter o português como língua de trabalho (o que torna imperativa a tradução em simultâneo das intervenções) ou ir mais longe e conquistar o estatuto de língua oficial (o que faria da interpretação uma ferramenta obrigatória, mas também a disponibilização de todo o material e documentação em português).

No final desta II Conferência foi adotado o Plano de Ação de Lisboa que contém diversas recomendações destinadas a fortalecer a língua portuguesa. Nesse sentido destacam-se as seguintes áreas de atuação para os próximos tempos:

- A língua portuguesa no desenvolvimento científico e na inovação;
- A língua portuguesa no reforço do empreendedorismo e da economia criativa;
- A língua portuguesa na cooperação entre países da CPLP e nas comunidades das diásporas;
- A língua portuguesa nas organizações internacionais;
- O ensino da língua portuguesa a falantes de outras línguas.

No passado dia 20 de novembro realizaram as quartas eleições autárquicas em Moçambique. Quer a campanha eleitoral, quer o processo eleitoral decorreram num ambiente de grande tensão devido ao clima de conflito existente entre o Governo moçambicano e a RENAMO.

Nas terceiras eleições autárquicas, que se realizaram em 2008, em 43 municípios do país, a FRELIMO venceu em 42 e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) venceu na Beira. Nestas eleições, a RENAMO desapareceu do mapa autárquico moçambicano.

Desde essa altura já se realizaram três eleições intercalares em dezembro de 2012. As três eleições intercalares de 7 de dezembro foram devidas à resignação dos presidentes de município da FRELIMO (por exigência da própria FRELIMO). Manuel de Araújo do MDM ganhou em Quelimane, enquanto Vicente Lourenço da FRELIMO ganhou em Cuamba e Tagir Carimo venceu em Pemba. Em Inhambane realizaram eleições a 18 de abril de 2012, tendo vencido a corrida o candidato da FRELIMO Benedito Guimino. A RENAMO boicotou todas estas eleições intercalares.

Apesar do clima de instabilidade que se vivia em Moçambique devido aos confrontos com a RENAMO, a campanha eleitoral iniciou-se, como previsto, a 5 de novembro nos 53 municípios onde iriam decorrer as eleições autárquicas.

As estratégias eleitorais adotadas pelos dois principais partidos, FRELIMO e MDM, para o período da campanha eleitoral foram diferentes. Grande parte dos candidatos da FRELIMO privilegiaram os comícios e reuniões com grupos de cidadãos com intuito de dar a conhecer as suas políticas publicitar o seu plano de Governação.

Enquanto isso, os candidatos do MDM preferiram apostar no contacto interpessoal, desdobrando-se pelos diferentes bairros das autarquias.

A FRELIMO ganhou em 50 dos 53 municípios. O MDM venceu com larga maioria nas cidades da Beira, com Daviz Simango, e em Quelimane, com Manuel Araújo.

Em Nampula o processo foi anulado, tendo a Comissão Nacional de Eleições decidido repeti-lo a 1 de dezembro. O motivo da anulação ficou a dever-se ao facto do nome da candidata do PAHUMO Filomena Mutoropa, não constar nos boletins de voto. Na repetição das



eleições em Nampula, o candidato do MDM, Mahamuno Amurane, venceu, derrotando o candidato da FRELIMO Adolfo Siuei.

Apesar desta vitória, a FRELIMO viu os seus candidatos, em várias cidades, ganharem por escassa maioria aos candidatos do MDM. A luta eleitoral foi particularmente renhida em Milange, Gúrue, Mocuba e Alto Mulocoé, municípios da Zambézia, bem como na Gorongosa, província de Sofala, e em Chimoio, capital de Manica. Também em Maputo e na Matola, a FRELIMO conseguiu ganhar, mas como MDM a obter bons resultados eleitorais.

ático e a América Latina foram as regiões com maiores progressos.

O contínuo crescimento económico nos países em desenvolvimento melhorou o rendimento disponível e o acesso à alimentação. Paralelamente, esta melhoria alimentar também se deveu ao aumento da produtividade agrícola obtida através de maiores investimentos públicos e privados.

Os dados apresentados pela FAO permitem concluir que muitos países fizeram progressos assinaláveis na redução da pobreza indo ao encontro da meta de reduzir para metade a percentagem da população que sofre de fome, a qual se incluiu no seio do primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Relatório da FAO sobre a Fome

Em outubro passado, a Organização da ONU para a Agricultura e Alimentação (FAO) apresentou o seu relatório sobre a situação alimentar mundial. De acordo o relatório, intitulado *The State of Food Insecurity in the World 2013*¹, 842 milhões de pessoas (12% da população mundial) passaram fome crónica no período 2011-2013, contra 868 milhões em 2010-2012. De acordo com estes dados, os números da fome continuam a recuar a nível mundial, exceto em África.

A grande maioria das pessoas que sofrem de fome crónica, ou seja, que não têm alimentos suficientes para uma vida saudável e ativa, estão nos países em desenvolvimento, mas há 15,7 milhões a viver em países desenvolvidos.

Apesar dos progressos, o relatório alerta que há diferenças marcadas na redução da fome. A África Subsaariana fez progressos modestos e continua a ser a região com a mais alta prevalência de subnutrição (24,8%). Ou seja, uma em cada quatro pessoas está subalimentada.

A Ásia Ocidental não registou progressos, enquanto o Sul da Ásia e o Norte de África revelam progressos lentos. O Leste e o Sudeste Asi-



¹

<http://www.fao.org/docrep/018/i3434e/i3434e00.htm>



União Africana Apoia Kenyatta

A União Africana decidiu, durante a sua Cimeira extraordinária realizada em Adis Abeba em outubro, que o Presidente do Quênia, Uhuru Kenyatta, não deve comparecer no Tribunal Penal Internacional (TPI). Esta posição manter-se-á enquanto a organização não receber uma resposta ao pedido que fez à ONU de adiamento do julgamento, anunciou o Ministro dos Negócios Estrangeiros etíope, Tedros Adhanom Gebreyesus.

Kenyatta tinha sido intimado a comparecer perante Tribunal Penal Internacional (TPI), a 12 de Novembro, para responder a acusações de crimes contra a humanidade cometidos após as eleições presidenciais de 2007.

A UA sustentou o seu pedido à ONU com o estipulado pelo Estatuto de Roma, tratado fundador do Tribunal, que estabelece-se o princípio internacional de imunidade dos Chefes de Estado e outros dirigentes internacionais durante os seus mandatos.

A análise das relações com o Tribunal Penal Internacional de Haia foi feita a pedido do Quênia. O Presidente e o Vice-Presidente daquele país, William Ruto, eleitos em março, foram acusados em 2011 de crimes contra a humanidade pelo Tribunal de Haia. Ruto e Kenyatta são acusados de instigar a atos de violência que provocaram mais de mil mortos após as eleições de 2007, o que refutaram.

Esta situação, à qual se juntam outras queixas do TPI contra dirigentes africanos, fez com que o relacionamento entre a UA e o TPI seja particularmente tenso.

Com vista a ultrapassar esta situação, foi criado um grupo de contacto destinado a encetar consultas com membros do Conselho de Segurança da ONU para discutir as preocupações da UA quanto ao seu relacionamento com o TPI, principalmente sobre o adiamento dos casos quenianos e sudaneses. Vários líderes acusam o TPI de apenas ter julgado africanos desde o início dos trabalhos, em 2002. O Presidente sudanês, Omar al-Bashir, é alvo de um mandado de detenção emitido pelo TPI em 2009 por crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídio no Darfur.

O objetivo da UA é o de defender que nenhuma acusação pode ser feita ou mantida por um tribunal internacional a um Chefe de Estado que esteja no exercício de funções. Nesse sentido, é a intenção da UA introduzir alterações no Estatuto de Roma para resolver as questões problemáticas.

Prémio Mo Ibrahim sem Vencedor

O Comité do Prémio independente da Fundação Mo Ibrahim decidiu não atribuir o Prémio Ibrahim para a Excelência na Liderança Africana em 2013. A Fundação Ibrahim explicou a razão da não atribuição do Prémio para Excelência na Liderança Africana para 2013 pelo facto de nenhum líder africano ter preenchido os requisitos.

O Prémio Ibrahim para a Excelência na Liderança Africana é o maior prémio do mundo, no valor de cinco milhões de dólares americanos pagos ao longo de dez anos e 200 000 dólares americanos anuais vitalícios a partir de então.

O prémio foi criado, em 2007, por Mo Ibrahim, fundador e Presidente da Fundação Mo Ibrahim, com o fim de distinguir a excelência na governação africana e proporcionar aos laureados a oportunidade de manterem o seu compromisso com os princípios defendidos pelo prémio para com o continente africano depois de abandonarem as suas funções.

Para ganhar o prémio, os laureados devem cumprir as seguintes condições: ser um antigo chefe de Estado ou de governo africano democraticamente eleito que tenha cessado funções nos últimos três anos; ter cumprido o seu mandato constitucional; e ter demonstrado excelência no exercício das suas funções, contribuindo para retirar pessoas da pobreza e trabalhando para uma prosperidade sustentável e equitativa.

O prémio é selecionado por um Comité do Prémio independente composto por sete personalidades ilustres, incluindo dois Prémios Nobel.

Entre os anteriores vencedores do Prémio Ibrahim contam-se: o Presidente Joaquim Chissano de Moçambique (2007), o Presidente Festus Mogae do Botsuana (2008), o Presidente Pedro Pires de Cabo Verde (2011) e o Presidente Nelson Mandela da África do Sul (honorário).

O Comité do Prémio pode optar por não atribuir o prémio caso considere que ninguém cumpre todas as condições. Foi o que aconteceu também em 2009, 2010 e 2012. Em 2013, o Presidente do Comité do Prémio, o antigo Primeiro-ministro da Tanzânia e antigo Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana (OUA), Salim Ahmed Salim, declarou que após uma avaliação cuidadosa, o Comité do Prémio determinou não atribuir o Prémio Ibrahim para a Excelência na Liderança Africana 2013.



A Fundação Mo Ibrahim foi criada em 2006, orientada para a importância decisiva da liderança e da governação em África. Ao fornecer ferramentas para apoiar os progressos na liderança e na governação, a Fundação visa promover mudanças significativas no continente. A Fundação, uma organização sem fins lucrativos, contribui para definir, avaliar e reforçar a governação e a liderança em África através das seguintes ferramentas:

Índice Ibrahim de Governação Africana;
Prémio Ibrahim para a Excelência na Liderança Africana;
Fórum Ibrahim;
Bolsas de estudo e investigação Ibrahim.

Para além de Salim Ahmed Salim, o Comité do Prémio é constituído pelas seguintes personalidades:

Martti Ahtisaari - Ex-Presidente da Finlândia; Vencedor do Prémio Nobel;
Aïcha Bah Diallo - Presidente da Rede para a Educação para Todos em África; ex-Ministra da Educação da Guiné;
Mohamed El-Baradei - Diretor-Geral Emérito da Agência Internacional da Energia Atómica; Vencedor do Prémio Nobel;
Graça Machel - Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade; ex-Ministra da Educação de Moçambique;
Festus Mogae - Presidente da Coligação para o Diálogo em África (CDA); ex-Presidente do Botsuana; Vencedor do Prémio Ibrahim de 2008;
Mary Robinson - Enviada das Nações Unidas para a Região dos Grandes Lagos de África; ex-Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos; ex-Presidente da Irlanda.

Em relação ao índice Ibrahim de Governação Africana de 2013 houve algumas alterações na classificação dos países. Este índice analisa a performance dos países africanos com base em diversos indicadores relacionados, nomeadamente, com a educação, saúde, segurança, direitos humanos, desenvolvimento e economia dos países africanos.

Para além destes indicadores mais conhecidos, há outros muitos diversos que têm a ver com áreas como a realização de eleições livres e justas, acesso a computadores e internet, tratamentos para os infectados com o vírus VIH. No total, a Fundação Mo Ibrahim utiliza 94 fatores para avaliar quão boa é a governação de um país.

Esses fatores podem ser distribuídos por quatro áreas: lei e segurança, direitos humanos, oportunidades económicas e desenvolvimento humano, que inclui educação e saúde.

A lista do índice de boa governação 2013 é encabeçada pelas ilhas Maurícias, com 82,9 pontos em 100. No fim da tabela está novamente a Somália, tal como no ano passado, com apenas oito pontos.

A Fundação destaca o desempenho da Libéria, Serra Leoa, Ruanda, Burundi e Angola porque são os mais desenvolvidos nos últimos 12 anos, no que diz respeito à boa governação.

Com base na classificação deste ano, Cabo Verde desceu para o terceiro lugar embora continue a ser o país lusófono melhor colocado na tabela, com 76,7 pontos, num total de 100.

Dos outros países de língua portuguesa, na lista da Fundação Mo Ibrahim, seguem-se São Tomé e Príncipe, no 11º lugar; Moçambique, em 20º; e Angola, em 39º; entre os 52 Estados africanos analisados.

O pior classificado dos países africanos de língua portuguesa continua a ser a Guiné-Bissau, que desceu uma posição, para o 46º lugar e está entre os 10 piores classificados.

Segundo o índice deste ano, constata-se, em termos gerais, uma melhoria clara na última década, em particular no domínio da saúde, no sector rural, na economia e na igualdade de género.





Conflito em Moçambique

O mal-estar entre o governo moçambicano e o principal partido da oposição, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), agravou-se ao longo do último ano. Para uns a culpa era da RENAMO por nunca ter conseguido adaptar-se ao jogo político. Para estes, o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama é responsável por esta escalada de tensão. Para os críticos do governo moçambicano a culpa recai nas autoridades de Maputo por terem menosprezado a RENAMO e terem caminhado para um sistema de partido único.

Depois de deixar Maputo, Dhlakama refugiou-se durante algum tempo em Nampula e, há um ano, reinstalou-se em Satundjira, a sua base tradicional na Gorongosa. A data do seu regresso a Satundjira, 17 de outubro, coincidiu com mais um aniversário do primeiro líder da RENAMO, André Matsangaissa, morto em 1979 durante a guerra civil.

Este último ano foi marcado por uma crescente tensão entre as duas partes. Se, por um lado, o governo moçambicano não mostrou flexibilidade para acomodar as pretensões da RENAMO, esta, por seu lado, começou a adotar um discurso belicista, ao mesmo tempo que recuperava alguma capacidade militar, situação incompatível com a sua condição de partido político.

Nos últimos anos, foram muitas as vezes que Dhlakama ameaçou retomar a luta armada de forma explícita ou implícita. Decidiu deliberadamente manter um grupo armado do partido apesar de violar assim os princípios fundamentais do Acordo Geral de Paz.

Dhlakama também foi criticado por isolar a RENAMO não admitindo vozes divergentes dentro do partido. A saída mais notória foi a de Raul Domingos que chefiou a delegação da RENAMO nas negociações de paz de Roma. Mais recentemente, alguns dos críticos abandonaram o partido para criar o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) liderado por Daviz Simango, Presidente da Câmara Municipal da Beira, em tempos, estrela em ascensão no seio da RENAMO.

Uma retórica de guerra e ações simbólicas, como o regresso à antiga base da RENAMO durante a guerra civil na Gorongosa, fizeram parte da estratégia de Dhlakama que marginalizou a atividade política e promoveu o autoisolamento da RENAMO.

Mas, se houve pouco empenho da RENAMO na procura de soluções de compromisso, também existem culpas do lado da FRELIMO. O Presidente de Moçambique, Armando Guebuza, quis arriscar um confronto quando ordenou a tomada da base da RENAMO na Gorongosa.

Nos meses anteriores mostrou pouco empenho durante as negociações entre o Governo e a RENAMO. Mesmo após vinte rondas falhadas de negociação, não aceitou uma mediação externa no conflito como a RENAMO propusera.

Guebuza sempre tentou evitar encontros pessoais com Dhlakama, ao contrário do seu antecessor como Presidente do país, Joaquim Chissano, que teve um melhor relacionamento pessoal com o líder da RENAMO.

Paralelamente, Guebuza intensificou a partidarização do Estado moçambicano, com os funcionários públicos foram pressionados a aderirem ao partido. Durante o seu mandato, aumentou o clima de insegurança no país.

Esta escalada de tensão culminou, a 21 de outubro, com o ataque das forças governamentais à base da RENAMO na Gorongosa na província de Sofala. Face a este ataque, a RENAMO, anunciou o fim do Acordo de Paz de 1992 numa declaração que se subentende o regresso do país à situação de guerra.

Para a RENAMO, o objetivo da FRELIMO e do seu Presidente, Armando Guebuza, como este ataque foi o de tentar assassinar Afonso Dhlakama. Apesar da adoção belicista, o governo de Moçambique não deixou de anunciar a sua disposição para retomar o diálogo com a RENAMO. Apesar desta operação, Dhlakama conseguiu fugir ao cerco e ataque das forças governamentais, encontrando-se em parte incerta desde essa altura.



Mapa da Área de Conflito em Moçambique:



Fonte: <http://www.dw.de/renamo-anuncia-fim-do-acordo-de-paz-em-moçambique/a-17174192>

Desde o ataque à base de Satundjira, o conflito alastrou-se nas províncias de Sofala e Nampula, com vários ataques atribuídos à RENAMO e que tiveram como alvos colunas de camiões e instalações militares. Estes ataques, que têm provocado algumas vítimas, permitiram à RENAMO obter algum armamento militar.



Encontro do Fórum Macau

Realizou-se a 4 e 5 de novembro a 4ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau). Esta reunião assinalou o 10º aniversário do estabelecimento do Fórum Macau.

O Fórum Macau tem por objetivo reforçar a cooperação e o intercâmbio económico entre a China e os países de língua portuguesa, dinamizar o papel da Região Administrativa Especial de Macau como plataforma de ligação entre esses países e promover o desenvolvimento dos laços entre a República Popular da China, Macau e Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. Deste relacionamento está excluído São Tomé e Príncipe devido ao facto de manter relações diplomáticas com Taiwan.

No âmbito do Fórum, foi criado em junho de 2013 um fundo de 1.000 milhões de USD destinado a apoiar a entrada de empresas do interior da China e da Região Administrativa Especial de Macau no mercado dos países lusófonos e a atração das empresas dos mesmos países para o mercado chinês.

De acordo com o Vice-Primeiro-Ministro de Portugal, Paulo Portas, o Fórum Macau adquiriu uma projeção e notoriedade que talvez poucos julgassem possível na China, em Macau e nos países de língua portuguesa e representa, por si só, um reconhecimento por parte do Governo chinês da importância e natureza estratégica da língua portuguesa no mundo e dos países que falam português.

Para além dos aspetos económicos, o Fórum Macau também tem promovido a área da formação de recursos humanos. Nesta área há a destacar o crescimento exponencial de estudantes chineses que estão a aprender português, tanto nas universidades da China continental como em Macau, com o objetivo de desenvolverem carreiras profissionais nos países de língua portuguesa. Paralelamente, também em Portugal há um crescente interesse pela aprendizagem da língua chinesa.

Os bons resultados alcançados pelo Fórum Macau ao longo dos seus dez anos de existência também foram salientados pelo Ministro do Comércio da China, Gao Hucheng.

Gao Hucheng salientou, contudo, que o sucesso de uma década são agora a base sólida para uma cooperação aprofundada e consolidam a convicção do desenvolvimento comum, pelo que há que continuar



Cimeira da CEDEAO

a desenvolver as ações de cooperação a um nível mais alto, em áreas mais abrangentes e de forma mais aprofundada.

O governante chinês lembrou o papel de Macau com os seus recursos, utilizando as suas próprias vantagens a nível regional, cultural e comercial para ser parte ativa do Fórum Macau desempenhando desta forma uma função indispensável.

Também o líder do Governo de Macau, Fernando Chui Sai On, fez um balanço positivo da cooperação sino-lusófona ao longo da última década. Neste sentido, apontou, o Fórum Macau, enquanto mecanismo eficaz de cooperação e plataforma de serviços de excelência, continuará a desempenhar um papel significativo na promoção da cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Embora São Tomé e Príncipe não participe no Fórum Macau devido ao seu relacionamento com Taiwan, são cada vez mais visíveis os sinais de aproximação a Pequim. Esta mudança política deve-se, acima de tudo, ao Presidente Manuel Pinto da Costa, o qual sempre esteve mais próximo de Pequim do que Taipé.

O reconhecimento de Taiwan como legítimo representante do povo chinês foi feito durante a presidência de Miguel Trovoada e mantida pelo anterior presidente santomense Fradique de Meneses. No entanto, a eleição de Pinto da Costa para a presidência deixou antever a reaproximação a Pequim.

Sinais dessa aproximação surgiram com o envio de uma delegação santomense a Pequim com o objetivo de negociar um acordo comercial. A delegação, chefiada pela Ministra dos Negócios Estrangeiros, Natália Umbelina, incluía Henrique Pinto da Costa, irmão do Presidente santomense e seu Conselheiro.

O facto de a visita ter decorrido a poucos dias da realização do Fórum Macau não passou despercebida. Apesar do objetivo oficial ter sido a negociação de um acordo, uma outra justificação prende-se com a necessidade do estado santomense, a viver um grave crise financeira, necessitar de captar investimentos estrangeiros. Nesse sentido, o apoio de Pequim ficará, sem dúvida, condicionado a uma mudança de política de São Tomé e Príncipe em relação a Taiwan.

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), reuniu-se em outubro numa cimeira extraordinária que se realizou em Dakar, no Senegal. A Cimeira debateu questões económicas, como o acordo de parceria económica entre a África Ocidental e a União Europeia e o Programa de Integração Monetária na África Ocidental.

A União Europeia (UE) é o principal parceiro comercial para a maioria dos países da África, Caraíbas e Pacífico (os ACP). No acordo de Cotonu ACP-UE de 2000 estava previsto que o regime comercial entre os ACP e a UE seria substituído no final de 2007.

A percentagem representada pelos ACP nas importações da UE baixou de forma constante de quase 8% do total em meados dos anos 70 para menos de 3,5% em 2008. Acresce que mais de 50% das exportações dos ACP para a UE são constituídas por apenas três produtos não transformados e de baixo valor acrescentado - o petróleo, o cacau e os diamantes.

Foi por essa razão que os ACP e a UE se dispuseram em 2000, a negociar Acordos de Parceria Económica, ou APE, a fim de construir uma parceria comercial para o desenvolvimento. Os APEs têm como objetivo, assistir os países ACP a integrar-se na economia mundial e beneficiar das oportunidades oferecidas pela globalização.

Para negociar os acordos, os países ACP agruparam-se em sete regiões: cinco em África, uma no Pacífico e outra nas Caraíbas, o que traz benefícios acrescentados. Ao aproximar as suas economias, criar maiores mercados e reforçar as relações comerciais entre si, os países ACP estarão em condições de atrair mais investimento, e adquirir mais poder de negociação nos mercados globais.

A questão da criação de uma moeda única foi alvo de grande debate durante a Cimeira. Atualmente, existe na sub-região uma zona financeira, a União Económica e Monetária da África do Oeste (UEMOA), dotada de um banco central e uma moeda única, envolvendo cerca de uma dezena de países. Porém, encontra-se em fase de criação um segundo espaço monetário, cujo processo é liderado pela Nigéria e pelo Gana, e deverá integrar, num futuro próximo, Cabo Verde, o Mali, a Gâmbia e a Serra Leoa, países que ainda têm políticas monetárias e moedas próprias.

No horizonte de 2020, pretende-se que as duas zonas monetárias se



fundam numa só, permitindo à CEDEAO estar dotada de uma moeda única. Até essa data, todos os países membros da comunidade e futuros aderentes a esse dispositivo deverão trabalhar para garantir a convergência das suas políticas macroeconómicas.

Esta questão da adoção de uma moeda comum levanta desde já problemas para Cabo Verde. Embora o governo da cidade da Praia defenda esta opção é ainda preciso saber como é que ela será compatível, ou não, como acordo cambial que atualmente detém com Portugal e que permite uma paridade do escudo cabo-verdiano ao euro.

Para além destas questões económicas, a Cimeira da CEDEAO também debateu a situação política na Guiné Conacri e na Guiné Bissau.

As missões da ONU e da CEDEAO que acompanharam as eleições legislativas de setembro na Guiné Conacri consideram que o processo ficou marcado por graves irregularidades. Os resultados eleitorais, que deram a vitória ao partido do Presidente Alpha Conde, foram contestados pela oposição. A instabilidade política que se alastra desde o início do ano já causou a morte de dezenas de pessoas.

Em relação à Guiné Bissau, a CEDEAO manteve a pressão para que as eleições se realizem. Embora a data inicialmente prevista, 24 de novembro, fosse impraticável devido aos atrasos registados, a verdade é que a pressão se manteve. Se, por um lado, a CEDEAO demonstrou disponibilidade para financiar o processo eleitoral, por outro, reiterou que a solução na Guiné Bissau passa pela realização de eleições livres e justas.

A data agora indicada para as eleições é final de fevereiro ou primeira semana de março de 2014. Para que tal aconteça, o recenseamento eleitoral tem que se iniciar ainda em 2013.

Gâmbia Retira-se da Commonwealth

O Presidente da Gâmbia, Yahya Jammeh anunciou, em outubro, a saída do seu país da Commonwealth justificando esta decisão pelo facto de considerar esta organização uma instituição neocolonial e não aceitar fazer parte de um instrumento que visa a perpetuação do colonialismo. A Gâmbia tinha aderido à Commonwealth em 1965, logo após a sua independência.

Esta decisão do Presidente Jammeh não foi bem aceite por todos. O líder da oposição, Ousainou Darboe, considerou que esta decisão era um erro tremendo e que teria consequências muito negativas para a imagem e relacionamento externo do seu país.

Esta decisão é considerada mais uma das posições muito peculiares do Presidente Jammeh. Ainda em setembro passado, durante a abertura da Assembleia Geral da ONU, Jammeh voltou a atacar a homossexualidade, referindo que o seu país tem uma política de tolerância zero em relação a esta matéria, tendo já sido condenadas várias pessoas no país por se afirmarem homossexuais. Na Gâmbia a homossexualidade é penalizada com 14 anos de prisão.

Em 2007, Jammeh já tinha chocado o mundo ao afirmar que tinha descoberto a curar para o vírus do VIH-SIDA. Afirmando recorrer a um tratamento tradicional, Jammeh realizou várias cerimónias com doentes alegadamente curados por ele. Este tratamento e a sua eficácia nunca foram comprovados.



Nova Data para as Eleições na Guiné Bissau

O Presidente de transição da Guiné-Bissau, Serifo Nhamadjo, fixou o dia 16 de março do próximo ano como nova data das eleições gerais, presidenciais e legislativas.

Estas eleições estavam, inicialmente marcadas para 24 de novembro de 2013. Porém, os atrasos no recenseamento eleitoral, devido ao seu financiamento e decisão sobre o tipo de recenseamento a realizar, e a falta de meios financeiros para assegurar as eleições inviabilizaram esta data.

A nova data surgiu depois de várias consultas realizadas pelo Presidente de transição ao Governo de transição, aos partidos políticos e outras forças vivas da Guiné-Bissau. Para Nhamadjo, estão agora preenchidos os pressupostos que permitem com segurança a marcação da nova data.

Para além do financiamento garantido, o Presidente guineense afirmou que tinha recebido a garantia por parte da Comissão Nacional de Eleições e do Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral de que estão reunidas todas as condições técnicas para que a realização das eleições possa ter lugar na data indicada.

O financiamento para o recenseamento eleitoral foi disponibilizado pela Nigéria, Timor-Leste, União Europeia, União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e pela Comunidade Económica de Países da África Ocidental (CEDEAO).

Na comunidade guineense na diáspora serão recenseados os emigrantes no Senegal, Guiné-Conacri, Cabo Verde, Gâmbia, Portugal, Espanha e França.

Para o recenseamento foram disponibilizados cerca de 450 conjuntos de equipamentos, que incluem pequenos geradores elétricos, computadores portáteis, máquinas fotográficas, entre outros dispositivos necessários para o registo dos eleitores. O recenseamento a efetuar é um compromisso entre aqueles que pretendiam o recenseamento manual, mais barato e rápido, e os que pretendiam um recenseamento biométrico, mais caro e moroso. O novo recenseamento será manual melhorado, passando a incluir uma fotografia do eleitor.

Trocas Comerciais China-África

Foi publicado pela Academia de Comércio Internacional e Cooperação Económica o relatório anual sobre as relações bilaterais económicas China – África relativas a 2012. Os dados apresentados dizem respeito ao investimento direto estrangeiro (IDE), à balança comercial e ao turismo.

Em 2012 as trocas comerciais sino – africanas ascenderam a 180 mil milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 19% face a 2011. O comércio bilateral com África representa 5% do total do comércio externo chinês e 16% do total do comércio externo africano.

Em 2012 os principais parceiros comerciais da China foram a África do Sul, Angola, Nigéria, Egito e Líbia. As trocas com a África do Sul representam 30% das trocas totais chinesas em África. Angola é o principal fornecedor africano de petróleo d China e o segundo, a seguir à Arábia Saudita, em termos mundiais.

No que diz respeito ao IDE, chinês em África, o mesmo ascendeu a 17 mil milhões de euros em 2012, o que correspondeu a um aumento de 33% face a 2011. Os principais destinatários foram a África do Sul, Nigéria, Zâmbia e Angola. Ao nível dos sectores, os principais foram as minas, construção e finanças.

Ao nível do turismo, visitaram África em 2012 cerca de 1 milhão de chineses que escolheram como destino privilegiados, a África do Sul e o Quénia.





OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@portugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05